

BOLETIM DE CONJUNTURA.
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

VOLUME 7 Nº 2 MES 5 ANO 1987



UFRJ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

EDITORIAL

CAMINHOS DA RECESSÃO

A economia brasileira encontra-se, hoje, numa insólita posição. Os índices referentes à produção, ao emprego e à utilização de capacidade mostram uma situação verdadeiramente invejável: exibindo uma taxa de 10,3% (1º quadrimestre deste ano contra o mesmo período de 86) o vigoroso crescimento industrial brasileiro ingressa no seu quarto ano consecutivo; o desemprego aberto é baixíssimo e a ocupação industrial (FIESP) parece haver sofrido uma única e localizada queda, na última semana de maio; a ocupação da capacidade, por fim, permanece bastante alta.

Acosada no entanto por uma inflação que há apenas seis meses (novembro de 86) os mais obstinados pessimistas não chegaram a antever, sequer como a pior das hipóteses, a população em geral e as empresas em particular encontram-se num estado pré-pânico. Neste clima, onde, preparando-se para o pior, o público reduz fortemente suas compras e redefine freneticamente o seu portfólio (moeda X depósito de poupança X ações X dólar), caberia refletir sobre os caminhos pelos quais a economia poderia ser efetivamente levada à recessão, e indagar-se sobre os recursos de que dispõe o governo para impedi-lo (segundo o seu desejo, enfática e repetidamente expresso).

A flagrante queda dos salários médios e a redução mais que proporcional (à queda dos salários) das compras finais, constitui o mais evidente caminho da recessão. Basta para tanto que o

colapso das vendas de duráveis e semi-duráveis, via redução das encomendas do comércio, atinja o ritmo da produção fabril. A partir daí as demissões e, com elas, a intensificação da queda da massa salarial se encarregariam de propagar a crise. É importante repetir, no entanto, que pelos dados disponíveis — e não obstante infundadas afirmações de numerosos economistas e empresários — isto ainda não ocorreu. É preciso também lembrar, que a retração das compras por parte dos consumidores foi uma atitude em boa medida preventiva, visando à constituição de reservas para tempos piores (sobretudo na forma de maiores depósitos de poupança). Uma vez constituídas estas reservas, e desde que a renda corrente resistisse por algum tempo mais à queda (dada a sustentação do ritmo de atividade industrial e o prosseguimento da geração de renda pela agricultura), seria de se esperar o retorno do consumo. Isto suporia no entanto, que a inflação não desse novos saltos, e novas ondas de pesse mesmo não viessem a propagar-se. Lamentavelmente, ambos os fenômenos acabam de ocorrer, tornando improvável uma retomada das compras. Encontra-se pois desimpedido este caminho — a via renda-demanda — da recessão.

O segundo caminho da recessão é o financeiro. O fulcro da questão reside aqui na delicadíssima situação com que se defrontam numerosas pequenas e micro empresas que, desprovidas de capital próprio e confiantes nos "novos mercados" surgidos na euforia do Cruzado, assumiram compromissos, que presentemente não conseguem cumprir. O problema consiste na dificuldade de equilibrar receitas e despesas nominais, dados o estreitamento do mercado e a explosão de juros. Para as unidades econômicas apanhadas nesta armadilha, pouco ou nada adianta que os juros reais (deflacionados) sejam baixos ou mesmo nulos. Is to porque, dada a deterioração dos seus preços relativos (vide Tabelas I e II na seção Indústria) os juros "próprios" (medidos pelo quanto lhes custa em termos das mercadorias com que operam, pagar os juros de mercado) tornaram-se insuportáveis.

Quanto à crise que paira sobre a economia em decorrência do anterior — o que poderia avançar como fogo num rastilho de

pólvora — duas horas novas podem ser apontadas.

Primeiramente, exercícios realizados com preços oriundos de diferentes fontes de coleta (FIPE, FGV e IBGE) apontam todos para uma redução da discrepância entre o acrêscimo dos preços individuais e a alta média de preços. Este fato, que não permite corrigir danos já infligidos e, em determinados casos talvez irreparáveis, sugere (mas não comprova) uma redução da incidência de posições altamente vulneráveis.

Por outro lado, o governo vem evidenciando, através de medidas concretas de apoio, a sua decisão de impedir o naufrágio de empresas vitimadas pela drástica e imprevisível reversão do quadro econômico. Na medida em que um grande número de vítimas se ja resgatado (e é claro que o objetivo não pode ser salvar todas, e sim aquelas que têm chance de sobreviver nas novas condições) o efeito dominó pode ser evitado, impedindo-se a chegada da recessão por este caminho.

Frente ao quadro anteriormente traçado (assumidamente inconclusivo) cabe indagar o que poderia fazer o governo para, de forma direta, combater o possível ingresso da economia na recessão.

Os dados sobre o déficit geram grandes apreensões em amplos setores da sociedade. Em tais circunstâncias, qualquer movimento no sentido da ampliação dos gastos será entendido, e veementemente condenado, como combustível lançado sobre o incêndio inflacionário. As empresas, com o dedo sobre o gatilho dos preços, não hesitariam em responder com novas altas preventivas, impedindo que o gasto do governo — no seu conjunto e em termos reais — efetivamente se expandisse. Numa palavra, o clima hipertenso em que nos encontramos envolvidos praticamente impede o uso de terapias keynesianas convencionais. Quando mais não seja, porque os empresários estão anormalmente propensos a responder em preços (e não em quantidades, sobretudo via contratação de mão-de-obra), aos estímulos de mercado.

A principal conclusão a ser extraída do que precede parece ser que as autoridades públicas defrontam-se com um contexto regido pela confiança — ou, melhor, pela desconfiança — de um público sobre-excitado. Superar este clima torna-se, em outras palavras, um pré-requisito da ação eficaz. A análise do quadro em que nos encontramos tende assim a mergulhar, a partir deste ponto, em considerações de ordem política. Sem avançar nesta direção não deixaríamos de extrair a mais imediata inferência do anterior: a capacidade da política econômica de efetivamente definir a evolução da conjuntura raramente terá sido tão limitada quanto no presente.

